



**Prefeitura Municipal de Assis**  
Estado de São Paulo

**PROCESSO LEGISLATIVO**

REQUERIMENTO N° 507/2021 - Pastor Edinho - REQUER INFORMAÇÕES SOBRE PARTOS HUMANIZADOS NO MUNICÍPIO DE ASSIS

**TRAMITAÇÃO**

Data da Ação	26/10/2021
Unidade de Origem	Poder Executivo - Gabinete
Unidade de Destino	Poder Legislativo - Secretaria
Status	Proposição respondida pelo Executivo

Assis, 26 de outubro de 2021.

**PREFEITO MUNICIPAL**





# Prefeitura Municipal de Assis

Paço Municipal Prof<sup>a</sup> “Judith de Oliveira Garcez”

Gabinete do Prefeito

RESPOSTA DO REQUERIMENTO: 507/2021.

Requer Informações sobre Partos Humanizados no Município.

1- O Poder Público realiza acompanhamento das gestantes na rede básica de saúde, divulga o papel da doula e a integração entre a família e os serviços, nos grupos de gestantes ofertados pelas unidades de saúde. No entanto, esse acompanhamento ficou prejudicado devido à pandemia, com a suspensão dos grupos de promoção de saúde.

2 e 3- Dentre os partos realizados no município de Assis, cesáreas e partos normais, nos hospitais públicos e privados, assim se mostram, conforme planilha anexa.

Apesar do número de cesáreas serem superiores ao parto normal, esta não é uma realidade somente do município de Assis, mas sim do Brasil, que é o segundo país com maior índice de cesáreas do mundo, com uma taxa de 55,5%, ficando atrás somente da República Dominicana com 58,1%.

A opção pela cesariana se tornou uma cultura entre as mulheres brasileiras na década de 80, quando os avanços científicos permitiram que a intervenção cirúrgica no parto permitiu salvar vidas e reduzir a mortalidade materna. Com esta opção, o pré-natal brasileiro passou a ser centrado no médico e não em uma equipe multidisciplinar.

As mulheres optaram então por um procedimento menos doloroso, uma vez que o parto normal era realizado de forma agressiva, com técnicas com a mulher na posição horizontal (deitada) ao invés da vertical (cócoras), feito com episiotomia (corte no períneo para ampliar o canal de parto), entre outras.

Somente em 2011, com a Política de Saúde da Mulher e da Criança, conhecida como Rede Cegonha, do Ministério da Saúde, é que programas de conscientização ao atendimento humanizado para a gestante e o recém-nascido passam a ser incentivados.

Desde então, o SUS realiza um árduo trabalho de reverter essa situação no sistema público de saúde, porém os embates com profissionais médicos, com a cultura do “parto sem dor” e até mesmo iniciativas políticas como a da deputada Janaína Paschoal, com a criação da Lei 17.137/2019, que “Garante à gestante a possibilidade de optar pelo parto cesariano, a partir da trigésima nona semana de gestação, bem como a analgesia, mesmo quando escolhido o parto normal.” Interferem no sucesso do nosso trabalho.

4- Não existe dentro dos sistemas de informações de produção SUS, uma fonte de informação para quantificar a presença de doulas nos partos naturais realizados nos serviços de referência SUS.

5- Cursos para a capacitação de profissionais da saúde são sempre ofertados para os trabalhadores da rede, porém, com esta temática, não temos disponível pelo SUS no momento. No entanto, a Secretaria da Saúde está atenta à temática para ofertar assim que houver a possibilidade.





# *Prefeitura Municipal de Assis*

*Paço Municipal Prof<sup>a</sup> “Judith de Oliveira Garcez”*

Gabinete do Prefeito

6- A Secretaria Municipal da Saúde segue os critérios da PORTARIA Nº 1.459, de 24 de junho de 2011, no que diz respeito ao acompanhamento de saúde da gestante e do recém-nascido.

7- Acreditamos que a dificuldade para se cumprir com os critérios da Política Nacional de Humanização se dá pela escassez de recursos humanos nos serviços públicos de saúde, e as suas limitações em realizar novas contratações.





# Secretaria Municipal da Saúde

Prefeitura de Assis

Anexo – Requerimento 507

2 e 3- Dentre os partos realizados no município de Assis, cesáreas e partos normais, nos hospitais públicos e privados, assim se mostram, conforme planilha anexa.

<b>ANO</b>	<b>NORMAL</b>	<b>CESÁREA</b>	<b>TOTAL</b>
2010	406	682	1.088
2011	345	677	1.022
2012	335	725	1.060
2013	324	718	1.042
2014	304	833	1.137
2015	312	821	1.133
2016	293	734	1.027
2017	313	663	1.093
2018	287	784	1.071
2019	241	816	1.057
2020	236	747	983
2021 (31/07)	126	412	538



